



# o trabalhador da CML

N.º 170  
Ano XXXIV  
Julho/Agosto 2015



**Derrotar pela LUTA a política  
de direita: no país, em Lisboa,  
no local de trabalho!**

Alastra a precariedade  
nas Juntas de Freguesia!  
p.6

Basta de  
alternâncias!  
p.16

Com a chegada dos meses de férias, muitos pensarão que os trabalhadores suspendem a luta pela resolução dos seus problemas para um justo descanso. Se é perfeitamente legítimo e merecido o descanso a que temos direito, apesar de mais reduzido pelo roubo de três dias de férias pela mão do atual (des) governo, não será menos verdade que a dimensão de alguns desses problemas, são hoje um obstáculo objetivo ao gozo de umas férias dignas. Assim vai o país, dizem alguns, esquecendo-se que não estamos perante nenhum tipo de inevitabilidade, muito pelo contrário!

O país está hoje mais endividado e os indicadores tornados públicos com origem em organismos internacionais como a OCDE, demonstram claramente que os atuais membros do governo mentem descaradamente, quando afirmam o sucesso da sua política através de uma suposta saída da crise. Dizem que Portugal, depois de tantos sacrifícios, finalmente entrou numa rota de crescimento...mentem de facto!

Desconstruindo a demagogia hoje mais centrada em propósitos eleitoralistas, muitos milhares de trabalhadores não deixaram de se manifestar em ações de luta e protesto, com maior ou menor expressividade. Assim foi no passado dia 26 de Junho junto à Assembleia da República, na ação convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, mas também no grande Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN do dia 1 de Julho, na concentração contra a privatização da água e dos resíduos sólidos do dia 7 de Julho, ou ainda na ação de 22 de Julho, também junto ao Parlamento.

Das lutas mais gerais, muitas mais se multiplicam a nível setorial por empresas e locais de trabalho, materializando o profundo descontentamento dos trabalhadores, do público e do privado, face ao retrocesso social, económico e civilizacional a que têm sido sujeitos. Certo é, que continua a residir na força de quem luta a possibilidade de inverter o rumo que contraria os nossos rendimentos, direitos e aspirações. Lutar no presente, garantir o futuro, é a palavra de ordem que nos deve orientar e que de facto nos salvaguarda perante a corja predadora que nos rouba sem pudor condições de vida e de trabalho. Uma luta que não deve ignorar o voto, porque também aí se decide o nosso futuro imediato!

Na cidade de Lisboa, confrontamos-nos (ainda) com os problemas provocados pelo famigerado processo de reorganização administrativa de Lisboa. Alastra a precariedade nas juntas de freguesia, negam-se direitos constitucionais aos trabalhadores que, fragilizados no seu vínculo laboral, são impedidos coercivamente de discutir os seus problemas com o sindicato. Assim atuam presidentes do PS, em Campolide, Santa Clara ou Benfica, os mesmos que afirmam defender os direitos dos trabalhadores...

Do lado oposto, valorizamos a mais do que provável assinatura do ACEP com a Junta de Freguesia do Lumiar, consolidando o caminho assumido pelo STML no que à defesa dos direitos dos respetivos trabalhadores diz respeito.

Na Câmara Municipal, apesar de um ambiente de aparente acalmia, aprofunda-se a política de desres-

pensabilização, através da externalização da gestão dos refeitórios municipais e das unidades de educação. O atual executivo vira costas aos seus trabalhadores, descartando uma responsabilidade social que lhe compete exclusivamente. Situação que tem merecido do STML um forte repúdio!

**Não deixaremos de atuar onde seja necessário, esclarecendo, mobilizando e lutando contra as teses das inevitabilidades que nos apontam sempre o mesmo caminho pejado de sacrifícios atrás de sacrifícios... sempre para os mesmos. Nas nossas mãos reside a força da mudança, para as nossas vidas, para a nossa cidade e para o nosso país!**



**No caminho da luta!  
No caminho certo!**



# Na luta contra a externalização dos refeitórios municipais e das unidades de educação!

Com a entrada em vigor da nova orgânica da CML, resultado da mais recente reorganização de serviços municipais, volta a ser reafirmada a intenção de entregar a gestão dos refeitórios municipais e das unidades de educação aos Serviços Sociais da CML.

O STML e os trabalhadores sempre defenderam que Autarquia não pode deixar de ser responsável pelas políticas de complementaridade no plano do apoio social junto dos seus trabalhadores, no activo e aposentados.

Apesar de esta transferência estar prevista na nova orgânica da CML, o sindicato continuará a exigir responsabilidades junto do executivo camarário sobre a rede de refeitórios municipais. Deixamos bem claro as nossas reivindicações, nomeadamente pela continuação em funcionamento da totalidade dos actuais refeitórios, na abertura de novos equipamentos onde o número de trabalhadores o justifique, no reforço do efectivo de trabalhadores (cozinheira/os), na melhoria e conservação das instalações em matéria de Saúde e Segurança, para quem nelas trabalha e para os utentes, na manutenção das actuais condições de acesso por parte de trabalhadores do município e aposentados, e pela participação democrática e transparente dos trabalhadores na sua gestão.

Dando sequência a muitas dúvidas surgidas no seio dos trabalhadores, a direcção do STML tem estado a promover um abaixo-assinado, demonstrando a sua discordância face a uma eventual desresponsabilização da gestão dos refeitórios municipais por parte da CML, exigindo o investi-



mento necessário na rede de refeitórios e o cumprimento por parte da autarquia dos seus deveres sociais em relação aos seus trabalhadores.

No quadro económico/social actual, em que os trabalhadores, sobretudo os da Administração Pública têm visto os seus rendimentos serem fortemente diminuídos, quer em cortes salariais quer no aumento da carga fiscal, aos quais se soma ainda o aumento dos descontos para os sistemas de protecção social, é inegável o papel social e a importância que estes equipamentos, assumem hoje, para os trabalhadores e para os aposentados da autarquia de Lisboa.

Continuaremos a luta pela manutenção da gestão dos refeitórios sob alçada da autarquia, entendendo que esta é a forma que melhor garante a prestação de um serviço social de qualidade. Contra as externalizações mais ou menos disfarçadas, não baixaremos os braços por uma das conquistas mais antigas na história dos direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa!

# Assinado ACEP com a JF de São Domingos de Benfica



Concretizou-se no dia 5 de Junho, a assinatura do ACEP (Acordo Coletivo de Empregador Público) com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.

Com a assinatura deste ACEP contabilizam-se já onze (11) acordos coletivos entre o STML e as Juntas de Freguesia de Lisboa, para além do assinado em Fevereiro de 2014 com a CML.

Foram assim celebrados ACEPs com as Juntas de Freguesia da Ajuda, Carnide, Campolide, Parque das Nações, Olivais, Misericórdia, Sta. Maria Maior, Campo de Ourique, Arroios e S. Vicente.

Levando por diante o objetivo que este Sindicato persegue, de celebrar ACEP's com todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa, no sentido não só em manter as **35 horas semanais sem adaptabilidade e bancos de horas** a todos os trabalhadores associados, como também assegurar outros direitos que, não estando previstos na legislação geral, possam contudo ser consagrados através da contratação coletiva.

No dia 21 de Julho, perspectiva-se ainda a celebração deste importante instrumento com a Junta de Freguesia do Lumiar.

Esta é a melhor forma de reafirmarmos o nosso entendimento da autonomia do poder local democrático, continuando a exigir ao Governo a publicação de todos os ACEP's, livremente negociados e assinados entre as autarquias e os sindicatos (mais de 500 até ao momento em todo o país!).

## Reafecção de pessoal na CML

No passado mês de Junho, teve lugar a publicação da lista de reafecção de pessoal da CML após mais um processo de reorganização de serviços municipais.

O STML visitou inúmeros locais de trabalho da autarquia onde procurou identificar eventuais problemas com trabalhadores que, contra à sua vontade, tenham sido deslocados para outras orgânicas sem saberem nem como nem porquê. Certo é, que os casos conhecidos, em número residual é certo, revelam, no essencial, uma prática mais ou menos naturalizada de há uns anos a esta parte. Por norma, decide-se “superiormente” sem nunca envolver a parte mais interessada em todo o processo, isto é, o próprio trabalhador ou trabalhadora.

Sobre os casos que poderão ser identificados, até porque cada caso tem as suas particularidades, dis-

ponibilizamos aos nossos associados o Gabinete Jurídico do sindicato que poderá estudar os melhores fundamentos que sustente um eventual processo de contestação e reverta decisões injustas na ótica dos trabalhadores.

Interessa lembrar que o processo de reorganização de serviços, na origem desta reafecção de pessoal, teve da parte do sindicato um parecer negativo, já que consideramos não servir os interesses dos trabalhadores e muito menos da população da cidade. A CML sob gestão PS continua a linha, defendida também pelo anterior executivo de Santana Lopes, de desconcentração e descentralização das suas competências, ora transferindo-as para as Juntas de Freguesia, ora incorrendo em práticas recorrentes de externalização, como agora constatamos no plano da gestão dos refeitórios municipais e das unidades de educação.

A política de desresponsabilização que sucessivos executivos municipais têm privilegiado, atentam os direitos e aspirações dos trabalhadores do município, numa afronta que o STML continuará a denunciar e a combater, certo é, com outra consequência quando os próprios trabalhadores se envolvem neste processo.

Unidos, informados e mobilizados sempre tivemos mais força como nunca nos cansamos de repetir. Manter esta estratégia é essencial na defesa das nossas condições de trabalho e de vida, face à interdependência destas duas dimensões.



# STML reúne com novo Vereador de Recursos Humanos



No dia 4 de Junho, o STML reuniu com o recém-empossado Vereador João Paulo Saraiva, que assumiu a vereação dos recursos humanos e finanças da autarquia após o abandono de António Costa.

Considerando tratar-se da primeira reunião com o novo responsável político pela gestão de recursos humanos da autarquia, o sindicato reintroduziu os problemas que até agora carecem de resolução, apesar de há muito serem conhecidos pelo executivo municipal.

Contudo, podemos retirar desta reunião uma impressão positiva face à resolução a breve trecho de alguns problemas, correspondendo assim a algumas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, nomeadamente:

- a) Atualização dos valores dos contratos de prestação de serviços (CPS) para €505,00 (com referência a outubro de 2014), que tinham sido ou venham a ser contratualizados com trabalhadores a recibos verdes e foram erradamente calculadas com base no salário mínimo nacional anterior (no valor de €485,00);
- b) Reconhecimento dos Bombeiros

ros Sapadores que desempenham funções em posto superior e que preenchem todas as condições à colocação em mobilidade inter-categorias, passando a ser remunerados de acordo com a função que desempenham;

c) Abertura de procedimentos concursais para técnicos superiores em posição remuneratória inferior à 2ª posição da *tabela remuneratória única*. Esta matéria será apresentada em reunião de Câmara durante o mês de Agosto;

d) Início das obras de ampliação dos serviços de psicologia do DSHS, estando o projeto aprovado e autorizada a disponibilização das verbas ao efeito.

Apesar dos avanços substanciais, existem ainda um conjunto de problemas que ficam por resolver, perspetivando-se a sua discussão na próxima reunião agendada para o mês de Julho. Entre outros assuntos, referimo-nos por exemplo:

1. À mobilidade intercategorias/intercarreiras no âmbito do processo de seleção interno para chefias.
2. Às folgas acumuladas e ainda por gozar dos trabalhadores transferidos para as juntas de freguesia. Embora esta situação esteja a ser normalizada em algumas Juntas, não está ainda garantido o gozo ou pagamento a todos os trabalhadores em causa.
3. Atribuição dos dias de férias consoante a menção de desempenho face ao acordado no ACEP.
4. Pagamento total do suplemento noturno aos trabalhadores fixos neste período.
5. Falta de pagamento de *abono por falhas* aos trabalhadores que cobram e movimentam numérico.
6. Pagamentos por parte da CML das quotas às várias ordens profissionais e do seguro de responsabilidade profissional.
7. Cumprimento da legislação em vigor para os edifícios municipais cuja construção contenha amianto.

Foi feito ainda um ponto de situação quanto à contratação de trabalhadores para as diversas áreas operacionais, no âmbito dos concursos para sapadores bombeiros, cantoneiros de limpeza, coveiros e tratadores apanhadores de animais. Debateu-se igualmente sobre os restantes concursos para outras categorias (dos 41 concursos abertos em 2011 faltam concluir 13), além das admissões em regime de prestação de serviços para as Oficinas (DRMM), Cemitérios e Refeitórios Municipais.

O STML alertou que nem todas as situações de mobilidade inter-carreiras foram resolvidas com os concursos, ficando o compromisso dos DMRH em analisarem esta questão após o verão, tendo como referência as possibilidades da CML e a classificação obtida pelos trabalhadores nesta situação e do número de vagas existentes no mapa de pessoal.

O STML demonstrou ainda desagrado pela forma como decorreu o processo de transferência da gestão dos refeitórios municipais, exceto os do RSB, para os SSCML e informou o Vereador que não abdicará da luta pela plena assunção da CML das suas responsabilidades sociais para com os trabalhadores do Município. (Neste momento circula um abaixo-assinado promovido pelo sindicato contra esta decisão do executivo.)



## A precariedade alastra nas Juntas de Freguesia!

O STML tem vindo a denunciar nos últimos meses, uma das consequências da reforma administrativa da cidade levado a cabo pelo PS, só possível com a complacência dos seus aliados políticos de sempre, isto é, PSD e CDS-PP.

Falamos da generalização da precariedade, com a contratação por muitas juntas de freguesia de trabalhadores a recibos verdes. Trabalhadores que numa situação de fragilidade laboral, são sujeitos a todo o tipo de ignomínias. Damos conta neste artigo do sucedido em duas juntas de freguesia aquando dos últimos plenários e visitas realizados pelo sindicato.

Apesar das promessas que a Presidente da Junta de Freguesia de Benfica realizou numa reunião com o Sindicato no passado mês de Abril, em que garantia direitos iguais aos trabalhadores a recibos verdes, o ocorrido durante o plenário agendado pelo sindicato para o posto de limpeza das Garridas desconstruiu o discurso da Sra. Presidente. Os trabalhadores deste local de trabalho com Contratos de Prestação de Serviços (CPS), vulgos recibos verdes, foram explicitamente coagidos a irem trabalhar, sendo por isso impedidos objetivamente de participarem na reunião sindical que entretanto tinha lugar. Percebemos assim, que das palavras aos atos, verificamos de facto quem atropela os direitos dos trabalhadores.

Mas não é somente na Junta de Benfica que estes tristes acontecimentos têm lugar. Na Junta de Freguesia de Campolide e apesar de serem proferidos discursos idênticos pelos seus responsáveis em termos de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores a CPS, a verdade dos factos desmentem a hipocrisia e o cinismo que muitas vezes marcam a realidade de quem é obrigado a trabalhar em condições insalubres e penosas e são ainda impedidos de

participar na discussão dos seus problemas com as suas estruturas representativas. Orientações expressas, com ameaças implícitas caso não fossem acatadas, obrigaram os trabalhadores a abdicarem do direito que a Constituição da República Portuguesa consagra, nomeadamente o da *Liberdade Sindical* através do seu artigo nº55.

Ironicamente, estes dois casos sucedem em juntas de freguesia do PS, partido que propagandeia defender os direitos e interesses dos trabalhadores, agora com maior veemência porventura face ao aproximar de eleições legislativas. Mas da teoria e das boas intenções, estão os trabalhadores fartos! Podemos acrescentar que o Sindicato também.

O STML já fez dois pedidos de reunião urgente com cada uma destas juntas de freguesia, onde espera esclarecer o porquê destas situações que não se coadunam com os discursos políticos dos seus respetivos presidentes e muito menos com os compromissos assumidos com esta estrutura sindical.

Independentemente do vínculo laboral, os trabalhadores não perdem direitos que a lei máxima deste país consagra. Paralelamente, e considerando que desempenham tarefas de caráter permanente e indispensável, devem ver a sua situação laboral o mais celeremente estabilizada através da concretização de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Caberá portanto aos respetivos executivos de freguesia desbloquear os mecanismos necessários visando esse objetivo.

As palavras dos presidentes de junta não têm força nem significado, se não forem materializados em atos concretos visando a defesa dos direitos e interesse dos trabalhadores.



## Há os que lutam pelos direitos dos trabalhadores e há...os outros!

Desde há muitos anos que o Departamento de Bombeiros do STML vem lutando por melhores condições de trabalho a vários níveis como a segurança no socorro, os equipamentos e viaturas, os equipamentos de proteção individual, os quartéis, os fardamentos, a formação e pela salvaguarda dos direitos dos Bombeiros.

Em 2009 as contribuições do STML para aplicação do SIADAP no Município de Lisboa foram decisivas. Os bombeiros viram o seu **posicionamento remuneratório** alterado no recibo de vencimento, por opção gestionária da CML. Outros diziam desconhecer todo esse processo...

Em 2010 conseguiu-se o pagamento adicional de 7 horas por cada período de 28 horas extraordinárias, o **descanso compensatório**. Foi este sindicato que, também em 2010, exigiu ao executivo camarário a aplicação da legislação em vigor sobre o **serviço prestado em dia de feriado**. O STML entendeu que os feriados, mesmo em trabalho de regime por turnos, não podem ser considerados como dia normal de trabalho e, por isso, deveriam ser remunerados como tal. À época o Comando do RSB e alguns chefes escarneceram destas reivindicações...à semelhança de outros.

Tornou-se necessário vir para a rua, com plenários, concentrações, manifestações, em dias que até o “São Pedro” parecia es-



tar contra os Bombeiros. Foi já no ano de 2012 que se conseguiu que os bombeiros (todos) recebessem os **feriados de 2009 e 2010**. Foi difícil, e apesar das “pedras na engrenagem”, conseguimos!

Em 2012 exigimos o pagamento de um **adicional de 25% de trabalho noturno nas horas extraordinárias** efetuadas nesse período.

Nesse ano fomos informados que a CML não pretendia pagar os **feriados de 2012**, defendendo que se gozassem esses mesmos dias em tempo. Continuámos a afirmar que o gozo a ser efetuado teria que ser nos três dias seguintes. Não tendo o Regimento (à época e no atual momento), um efetivo de pessoal que suporte o gozo nesse período de tempo, só restava o seu pagamento.

Confrontado com a negação aos direitos contemplados na legislação por parte da autarquia, o STML vê-se forçado a agir judicialmente em defesa dos legítimos interesses individuais dos seus associados nestas duas matérias. Em 2014, o STML compromete-se com a autarquia a retirar os processos em tribunal após o pagamento. Mais uma vez conseguimos “levar a bom porto” as justas reivindicações. Os outros... limitaram-se a profetizar desgraças, invocando velhos fantasmas, para no fim dos processos reclamar vitória, sem nunca terem estado no “campo de batalha”. Ainda em 2014 exigimos ao Sr. Vice-presidente que, em

virtude de muitos bombeiros estarem a desempenhar a função no posto superior ao seu, deviam ser pagos de acordo com as funções que de facto realizam, considerando ainda que o Orçamento de Estado de 2014 previa essa possibilidade através da mobilidade intercategorias. E assim, em 2015, tornou-se uma realidade a colocação de muitos bombeiros em **mobilidade intercategorias**, vendo o seu **posicionamento remuneratório** alterado. O processo não está ainda totalmente encerrado à presente data, mas boas perspetivas avizinham-se. Os outros...apanhados de surpresa, mais uma vez, afirmam ter muitas reservas sobre o procedimento, mas vão usufruindo dos direitos conquistados.

As referências a “outros” no texto são todos aqueles que desprovidos de ideias e de preocupações com os trabalhadores, têm vindo ao longo dos anos a desprezar, a difamar, a clamar como suas as conquistas de outros, preocupando-se apenas com a sua “quintinha”. Mas também é um aviso àqueles que estão sempre na sombra, à espera que outros lutem e trabalhem por, e para eles, sem nunca reconhecerem quem lhes “Faz Bem”.

**É pertinente lembrar que um sindicato tem mais força, quanto maior for o número de sócios e o STML ganha força todos os dias! Está na altura de te juntares a nós!**

## Síntese das (várias) reuniões com as chefias municipais recém-empossadas



Após a consumação da reorganização dos serviços municipais ocorrida recentemente na Câmara Municipal de Lisboa, várias foram as alterações de dirigentes que se sucederam das Direcções Municipais, Departamentos e Divisões. Com a criação de novas orgânicas, novos dirigentes foram nomeados.

No passado dia 15 de Junho, decorreu no Complexo Municipal da Boavista uma reunião de apresentação às estruturas sindicais, com o novo Director Municipal da Higiene Urbana, por solicitação deste, em que o STML esteve presente. De referir que a nova Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), foi criada na nova estrutura municipal como antecessora dos futuros Serviços Municipalizados, para a recolha de resíduos, e que englobarão para além do Departamento de Higiene Urbana (DHU), o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM).

O novo Director Municipal afirmou-se defensor do serviço público e mostrou disponibilidade para o diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores, nomeadamente no desenvolvimento do processo que conduzirá à criação dos Serviços Municipalizados. O STML, sublinhou a importância da sua intervenção, na defesa do serviço público, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, mostrando-se como sempre disponível para dialogar sobre todas as matérias, solicitando desde logo uma reunião de trabalho, para abordar

assuntos relacionados com os trabalhadores desta Direcção Municipal.

Dentro da mesma linha, a nova Directora de Departamento do DRMM, marcou uma reunião com as organizações sindicais, que ocorreu dia 22 de Junho, no Complexo Municipal dos Olivais 2, sendo a delegação do STML composta pela maioria dos Delegados Sindicais do DRMM, para além de elementos da direcção. Nesta reunião esteve também presente o novo Director Municipal da DMHU.

Ambos se mostraram surpreendidos com a dimensão das oficinas do Complexo dos Olivais, mostrando vontade de potenciar as suas capacidades, para além do investimento nas condições de Saúde e Segurança no Trabalho. O STML, como sempre, demonstrou a importância fundamental que estas oficinas têm para o município, assim como os serviços técnicos de apoio e a gestão de frota. E a necessidade de um investimento sério por parte do executivo camarário nestes serviços, em mais meios humanos, formação profissional, meios mecânicos, instalações e condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

A nova Directora demonstrou interesse e disponibilidade para a solicitação de reunião feita pelo STML, para tratar de assuntos específicos deste sector, tendo ficado as partes de agendar a reunião em data próxima.



## Os problemas na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior... incendiaram-se ainda mais.

Como o STML sempre denunciou, as condições das instalações onde funcionam muitos dos postos de limpeza urbana, agora pertencentes às Juntas de Freguesia, encontram-se em péssimas condições. Em muitos casos é urgente intervenções de fundo ou a sua total substituição. Estas situações, que têm merecido a nossa crítica ao longo dos anos, não são novas, pois arrastam-se desde o tempo em que pertenciam à CML.

É pertinente relembrar o sucedido a 21 de Janeiro de 2014. Quando foi aprovada na AML a transferência de competências, às quais se seguiram meios humanos, financeiros e patrimoniais, foi também votada favoravelmente e por unanimidade uma *recomendação* apresentada pelo PCP, que responsabilizava a autarquia pela transferência do edifício apenas em boas condições de utilização, respeitando em toda a linha as normas de Saúde e Segurança.

No que diz respeito à limpeza urbana, sabemos que tal não se verificou de todo. São inúmeros os problemas que se continuam a sentir em muitos dos postos de limpeza pertencentes às juntas de freguesia. Desde instalações provisórias, edifícios degradados, espaços exíguos para as atuais necessidades, ou ainda à sua **não** existência, como no caso da JF do Beato, onde os trabalhadores estão alojados no Complexo Municipal de Marvila em condições bastante precárias.

Os dois postos de limpeza que agora pertencem à JF de Santa Maria Maior, na Av. Infante D. Henrique e na Travessa do Forno, sempre foram problemáticos. Destaca-se,



pela negativa este último, face à sua (pequena) dimensão para o número de trabalhadores aí instalados, principalmente no período noturno. Se já não bastasse, continuam por resolver os problemas envolvendo o balneário/vestiário, por várias vezes denunciados pelo Sindicato. Contudo, à margem de pequenas obras realizadas, a Junta continua a proteger a resolução eficaz e definitiva dos problemas conhecidos neste local de trabalho.

Há muito que nos tem sido transmitido, tanto da parte dos responsáveis pela freguesia, como da Câmara Municipal, que estes dois locais de trabalho são para substituir. O situado na Av. Infante D. Henrique face a um projeto que existe para aquele local e o da Travessa do Forno, pela venda do edifício onde está situado. Mas para além de possibilidades e cenários especulativos, até agora nunca foi apresentado, quer aos trabalhadores ou ao sindicato, uma proposta concreta sobre a localização dos futuros postos de limpeza.

Para agravar ainda mais a situação, o posto da Av. Infante D. Henrique foi destruído por um incêndio no dia 30 de Maio. Os trabalhadores foram alojados provisoriamente numas instalações da JF, na Rua da Madalena. Temos a consciência de que este infortúnio não tem responsáveis e daí a aceitação por parte dos trabalhadores das péssimas condições que foram encontrar, enquanto aguardam uma solução adequada e digna. As instalações provisórias não estão obviamente preparadas para esta finalidade. Apesar de ampla, tem um espaço reduzido para cerca de 20 mulheres e 30 homens, que trocam de roupa num “vestiário” ada-

ptado com armários. Possui somente uma casa de banho, com um chuveiro onde apenas corre água fria. A higiene pessoal depois do trabalho é uma impossibilidade de facto. Acresce uma área exígua dedicada às refeições, obrigando a produção de “turnos” para o almoço. Por último, no meio deste pequeno labirinto, encontramos as secretárias dos encarregados, numa localização no mínimo caricata.

Após muita insistência do sindicato, a JF comprometeu-se a assegurar o transporte e o local para os trabalhadores tomarem banho no fim da jornada de trabalho. Todavia, nem este compromisso parece estar a ser cumprido.

O que os trabalhadores, evidente e legitimamente reivindicam, é uma solução definitiva que respeite todas as matérias no plano da saúde e segurança no trabalho e a sua dignidade enquanto seres humanos. Apesar de já terem dado provas da sua compreensão e capacidade de adaptação a condições adversas, não estão contudo disponíveis para esperar indefinidamente por uma solução, seja ela imputada à Junta ou à Câmara Municipal.



# A luta pela manutenção das 35 horas prossegue!

O governo PSD/CDS está a levar por diante a obstinação de imposição das 40 horas de trabalho e da imposição da adaptabilidade e dos bancos de horas.

Ao reter a publicação dos Acordos de Empregador Público (ACEP) livremente assinados entre a maioria dos Municípios e Freguesias por esse país fora, situação pela qual até já foi condenado em primeiras instâncias por vários Tribunais Administrativos que o obrigam a proceder ao depósito e à sua consequente publicação, o Secretario de Estado da Administração Pública (SEAP) enviou uma carta na qual aceita a redução do tempo semanal de trabalho impondo todavia, para além de outras condições, a inclusão da adaptabilidade e do banco de horas.

Esta chantagem feita pelo governo é inadmissível e desrespeita mais uma vez autonomia do poder local consagrada na Constituição da República Portuguesa, conquista maior da revolução de Abril de 1974. Inadmissível é também o comportamento de alguns municípios que, cedendo a esta chantagem, têm assinado ACEP's com sindicatos afetos à UGT (de representação minoritária), em atos públicos com a presença do SEAP, fazendo desta forma um frete a este governo ilegítimo e ilegal.

Estas decisões, que lesam gravemente os interesses dos trabalhadores, dado que incluem invariavelmente o banco de horas e a adaptabilidade, representam também uma capitulação dos eleitos autárquicos à ofensiva do Governo PSD/CDS-PP, que visa neutralizar



a autonomia do poder local e colocar os municípios sob a sua dependência direta, à semelhança do que acontecia no tempo da ditadura fascista de Salazar e Caetano.

Depois da Câmara de Sintra, outras já se lhe seguiram como a Figueira da Foz, Vila Nova de Famalicão e Vila Pouca-de-Aguiar em que acenando aos trabalhadores com o horário das 35 horas, os responsáveis autárquicos omitem que a introdução daqueles mecanismos põe em causa o próprio direito ao horário de trabalho, isto é, a delimitação do início e do fim da jornada laboral.

Com efeito, os empregadores passam a dispor, a seu bel-prazer, do tempo do trabalhador a qualquer dia da semana, do mês ou do ano.

O STML, mesmo aguardando o pronunciamento do Tribunal Constitucional sobre esta questão suscitada pelo Provedor de Justiça, continuará a pugnar pela assinatura de ACEP's com todas as Juntas de Freguesia que ainda não o fizeram, rejeitando a adaptabilidade e bancos de horas, exigindo paralelamente a publicação dos já assinados, prossequindo a luta pela manutenção das 35 horas com o STAL e os outros Sindicatos da Administração Pública.

**35 Horas para todos!  
Sem adaptabilidade nem bancos de horas!**

# Combater a municipalização e a privatização das funções sociais do Estado!



Há funções sociais que pela sua especificidade e universalidade são da competência do Estado Central, tornando-os acessíveis em igualdade de oportunidade a todos os cidadãos. O direito à educação, à segurança social, ao trabalho, à justiça, à cultura e ao desporto, à habitação, ao ambiente, à democracia participativa e ao Poder Local democrático, entre outros, está explícito na Constituição da República Portuguesa (CRP).

A “reconfiguração do Estado”, proclamada pelo actual governo PSD/CDS, dando seguimento à política seguida nas últimas décadas pelos seus precedentes, fossem desta maioria ou do PS, visa o enfraquecimento dos serviços públicos, privando o seu acesso à maioria da população.

Agora, sob o lema de “Um Estado Melhor”, como em tempos o foi o “menos Estado, melhor Estado”, o guião para a sua reforma apresentado pelo governo, tem um objectivo claro: a redução de serviços públicos, ficando apenas sob a alçada do Estado central as Finanças, a Segurança, a Justiça e os Negócios Estrangeiros. O mesmo será dizer, querem um Estado mínimo, para o qual os partidos do ‘arco da governação’ trabalham há anos.

No fundamental, pretendem passar (o que ainda não passou) para as mãos privadas. Serviços essenciais como a saúde, a educação, a segurança social ou o abastecimento de água por exemplo, poderão vir a ser explorados por particulares, transformando-os em puro negócio e funcionando, obviamente, na ótica exclusiva do lucro. Os riscos são previsíveis, quem não tem capacidade económica, fica excluído à partida e assim se desvirtua o Estado social, mesmo que inacabado, que a revolução de Abril permitiu construir. Para atingirem tais objetivos, os sucessivos governos têm, paulatinamente, seguido um trajeto que tem passado pelo agravamento das

leis laborais para a administração pública, nomeadamente através da desvalorização salarial, no agravamento das condições para a aposentação, não contratando novos trabalhadores ou degradando os serviços públicos até à sua inoperacionalidade. Nesta sequência, as “reformas” produzidas nas diversas áreas têm tido como resultado o encerramento de escolas, centros de saúde e outros equipamentos, mas também na criação de taxas de utilização (a lógica neoliberal do utilizador-pagador), afastando cada vez mais os serviços públicos dos cidadãos.

Está agora em curso o projeto do actual governo, que passa por transferir para as autarquias as funções do Estado Central, nesta fase, correspondentes às áreas da saúde, educação, segurança social e cultura. Esta tentativa de “municipalização” de funções essenciais, a concretizar-se, irá provocar uma desigualdade evidente de acesso em todo o país, já que a capacidade financeira é distinta de município para município, associado ainda às crescentes dificuldades económicas que afetam a imensa maioria. Neste contexto e se já vivemos num dos países mais desiguais da OCDE, a tendência é para o seu agravamento.

Estas diferenças verificar-se-iam nos programas escolares, nas valências dos postos de saúde, dos apoios sociais suportados ou não pela segurança social, de haver ou não equipamentos culturais. Os objetivos são claros, a médio/longo prazo, dar-

se-ia a privatização destes serviços essenciais.

Por outro lado, é colocado em causa a autonomia do Poder Local, considerando que as autarquias são confrontadas com projetos consumados e verbas pré-definidas. Ficam assim incapazes de avaliar se têm ou não capacidade para o desenvolvimento destas competências que o governo lhes quer atribuir.

Não estamos perante uma descentralização de competências, mas sim uma imposição, consubstanciando um claro desrespeito pelo Poder Local e pelas populações que representam.

O PS de António Costa mostra-se adepto deste modelo, gabando-se de ter realizado em Lisboa “a maior descentralização de competências em Portugal”. Todos nós sabemos qual o foi resultado da aplicação da Lei 56/2012 (aprovada por PS/PSD na AR), com a transferência de competências, trabalhadores, meios financeiros e patrimoniais da CML para as JF. Ainda hoje estamos a pagar as consequências desta opção política.

Da política do governo e das pretensas alternativas que no essencial não disfarçam a velha alternância, estamos fartos. Defender o Estado social e os serviços públicos é uma obrigação dos portugueses e dos trabalhadores em particular. É também responsabilidade da CGTP-IN e em especial do STML.



# Uma expressiva concentração de protesto dos trabalhadores da administração pública!



Realizou-se no dia 26 de junho, junto à Assembleia da República, uma grande concentração de trabalhadores na ação convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública. Foi uma expressiva ação da luta contra a continuidade das políticas de esbulho de salários, pensões e direitos, que os trabalhadores da Administração Pública não esquecem e não perdoam. Foi também o repúdio evidente face às promessas de continuidade destas mesmas políticas por parte dos partidos do ‘arco da desgovernação’.

Não é possível defender a Administração Pública e os serviços públicos com mais cortes salariais e nas pensões, com a continuidade das 40 horas e a violação da contratação colectiva, mais despedimentos, mais encerramentos de serviços, destruição das carreiras e violação dos direitos dos trabalhadores. Por estas razões os trabalhadores presentes aprovaram uma carta aberta, onde se relembra um conjunto de malfeitorias que têm sido feitas pelos sucessivos governos (PSD/PS/CDS). Já em final de mandato, o atual governo pretendem impor o processo de municipalização de importantes funções sociais do Estado, como a saúde, a educação, a segurança social e a cultura, áreas fundamentais e estruturantes para a qualidade de vida das populações e para uma sociedade mais justa, consubstanciando um passo significativo no caminho do famigerado guião da “reforma do Estado”. Nesta opção ignóbil, procura-se ainda, comprometer futuros governos com uma espécie de reforma não assumida.

Esta carta faz também um alerta para o que estes partidos, que se arrogam como únicos partidos capazes de governar o nosso país, pretendem fazer, nomeadamente:

1. Manutenção de cortes, mais despedimentos e outras malfeitorias.
2. Quer PS/PSD/CDS apontam o mesmo sentido, apesar de apresentarem diferentes percentagens nos cortes salariais. O PS pretende “a eliminação da redução salarial dos funcionários públicos em vigor desde o OE2011, em 2 anos através da supressão dos cortes salariais

em 40% em 2016 e a parte remanescente em 2017”. Por outro lado, o PSD e CDS-PP pretendem fazê-lo 20% ao ano, isto é, em 4 anos. Nenhum deles propõe aumentos, não obstante a enorme degradação dos salários que se acumulou ao longo dos últimos dez anos.

3. Mantêm a intenção em impedir a contratação na Administração Pública, além de continuarem com os despedimentos, através da requalificação/mobilidade especial.
4. Aprofundam a municipalização, contribuindo para o avanço na destruição dos serviços públicos, com vista à sua privatização.
5. No contexto das pensões, PSD e CDS-PP propõem uma redução de 600 milhões de euros e o PS apresenta mais um corte entre 1,25% e 2,6% a partir de 2027. Ambas as propostas poriam em causa o futuro de milhares de trabalhadores e desvalorizariam as aposentações e as carreiras contributivas.
6. Na Segurança Social, PSD e CDS-PP pretendem diminuir as contribuições das entidades patronais. O PS por seu lado, propõe a redução da Taxa Social Única (TSU) até 4 pontos percentuais, quer na parte do trabalhador, quer na parte da entidade patronal. Quer uma quer outra medida, constituiu uma séria ameaça à sustentabilidade do sistema público e universal da Segurança Social que, a concretizarem-se, levarão certamente à sua privatização.
7. Quer PS, quer o PSD/CDS-PP, pretendem diminuir as prestações sociais.

Para o STML e os Sindicatos da Frente Comum, existem alternativas dentro do quadro político nacional, que de facto possibilitam a defesa das funções sociais do Estado, dos direitos fundamentais dos portugueses e que respeitam os trabalhadores nos seus rendimentos e interesses.

**Lutemos por elas!**

# Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN

A CGTP-IN realizou no dia 1 de Julho, um Plenário Nacional de Sindicatos, que juntou em Lisboa, no Cinema São Jorge, mais de meio milhar de sindicalistas - dirigentes, delegados e activistas sindicais de diversos sectores de actividade. Deste encontro resultaram três ideias centrais:

- **1ª** é fundamental que os trabalhadores continuem a exigir resposta positiva às suas reivindicações, mesmo em período de férias, nomeadamente o aumento dos salários e a passagem dos trabalhadores precários a efectivos.
- **2ª** a afirmação de que o país não tem futuro com as actuais políticas.
- **3ª** é necessário mudar de políticas.

É preciso melhorar a qualidade do emprego, valorizar as carreiras e as profissões e dar dignidade aos trabalhadores, bem como continuar a lutar pelos serviços públicos e pelas funções sociais do Estado.

No final do plenário da CGTP-IN os dirigentes, delegados e activistas sindicais desfilarão até São Bento, para entregar na residência oficial do primeiro-ministro uma resolução reivindicativa e de protesto.

Na resolução podemos ler, entre outras matérias, que a «política de direita seguida por sucessivos governos, aprofundada pelo actual Governo do PSD/CDS-PP e cada vez mais submetida a instrumentos que atacam direitos e atentam contra a nossa soberania (os PEC, o “Memorando de Entendimento”/Programa de Agressão, o Tratado Orçamental, entre outros), é a política que originou os problemas que herdámos do passado e se agravam no presente. Ao contrário do que afirma o Governo, nem o país está melhor nem estão afastados os perigos que



ameaçam Portugal, enquanto país independente e soberano. As regras e os mecanismos da chamada nova governação económica, de que é exemplo o designado Semestre Europeu, reforçam os constrangimentos orçamentais do Pacto de Estabilidade e Crescimento e impõem uma profunda regressão, quer dos nossos princípios, valores e direitos constitucionais, quer das condições de vida dos portugueses.

O desemprego, apesar das manipulações estatísticas, das denominadas “políticas activas de emprego” para reduzir os salários e financiar o patronato (apoios financeiros que incentivam à contratação de trabalhadores com vínculos precários, contratos de emprego-inserção, colocação de jovens em estágios, etc.) e da emigração forçada de centenas de milhares de trabalhadores, mantém-se em níveis elevadíssimos. Só entre 2009 e 2014 foram eliminados 479 mil postos de trabalho, o que corresponde a uma destruição do emprego superior a 9%. No mesmo período, o desemprego entre os jovens passou de 20% para cerca de 40%.

O empobrecimento da população foi devastador, por via de cortes salariais,

de uma política de baixos salários e da redução das pensões de reforma e das prestações da Segurança Social. O poder de compra dos salários baixou drasticamente. Um terço dos trabalhadores assalariados recebe hoje um salário líquido inferior a 600 euros, enquanto que o salário médio corresponde, atualmente, apenas a 51% dos salários praticados nos países da zona euro.

A reativação do assistencialismo e o desvio dos recursos do Estado, maioritariamente constituídos pelos impostos pagos pela generalidade dos cidadãos, tem acentuado continuamente a degradação das Funções Sociais do Estado, bem como imposto crescentes dificuldades de acesso dos cidadãos aos serviços que o Estado tem a obrigação constitucional de prestar às populações nas áreas da segurança social, da saúde e da educação.»

Neste cenário, concluiu-se que é impreterível continuar a luta, derrotando este governo e esta política, afirmando os valores de Abril no Futuro de Portugal!



# Em defesa da gestão pública, democrática e de qualidade da água e dos resíduos.

## NÃO À SUA PRIVATIZAÇÃO!

O STML, o STAL, a FIEQUIMETAL e a Comissão de Trabalhadores da EPAL levaram a cabo no dia 7 de Julho uma ação em Lisboa, que culminou na entrega de uma resolução no Ministério do Ambiente, em defesa da Empresa Geral de Fomento (EGF) e das Águas de Portugal (AdP). Uma resolução que denuncia a política do Governo PSD/CDS que, em conluio com o Presidente da República, prossegue a sua sanha privatizadora, avançando com a privatização da EGF, vendida ao desbarato ao consórcio Mota-Engil. Esta venda que no essencial é um crime lesa-pátria, promove a formação de um monopólio privado de resíduos sem paralelo na Europa. Além do mais, fez publicar recentemente os diplomas de reorganização do grupo Águas de Portugal, que determinam a fusão dos atuais sistemas multimunicipais e a criação de três novas megaempresas: a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cuja gestão será delegada na EPAL, a Águas do Norte e a Águas do Centro-Litoral.

### TRABALHADORES AMEAÇADOS!

Para além das graves implicações económicas e sociais, estes processos têm igualmente fortes consequências para os trabalhadores. A privatização da EGF e a reestruturação das Águas de Portugal provocará ainda mais exploração laboral: aumento da mobilidade entre empresas; aumento do horário de trabalho com a imposição dos bancos de horas e adaptabilidades; aumento da flexibilidade e polivalência; degradação de salários e das condições de trabalho, destruição de acordos de empresa e da contratação coletiva.

### PREÇOS AUMENTADOS!

A propaganda do governo tem-se esforçado em garantir que os impactos nas tarifas estão acautelados. Outra falsidade! No caso dos lixos, os aumentos previstos podem ascender a cerca de 25%. Na água o resultado será um aumento generalizado das tarifas em todo o País. No litoral, como resultado da fusão de sistemas multimunicipais e, no interior, como consequência das imposições do Regulador (a ERSAR) para a recuperação integral dos custos o que, tendo em conta que a maioria dos sistemas do interior são deficitários, levará a que a maioria destes municípios tenha de subir as tarifas, em alguns casos, bem mais do que no litoral.

Alega falaciosamente o governo que tais medidas permitem ganhos de eficiência e corrigir desigualdades entre litoral e o interior. Nada mais falso! O verdadeiro objetivo é entregar estes serviços públicos estratégicos e rentáveis à lógica privada, privatizando os lucros e socializando os custos, além de desvalorizar o trabalho e os trabalhadores. Se não bastasse, esta política e estas medidas em concreto, transformam os cidadãos com direitos, em clientes com necessidades, que passam a satisfazer-se no mercado, mas cujo acesso aos serviços dependerá sempre da sua capacidade económica.

Como a experiência das privatizações comprova, a entrega destes serviços aos grupos privados deixará o país mais dependente e mais pobre e prejudicará gravemente as populações!

Aumentos que tendo em vista o negócio do lixo e a valorização das empresas das Águas de Portugal (AdP), no quadro de uma futura privatização, terão fortes repercussões na vida de milhares de portugueses, pois são cada vez mais as famílias que não conseguem pagar a fatura da água e resíduos (mas também da luz, gás).

Continuar a luta em defesa da gestão pública, democrática e de qualidade da água e dos resíduos, do bem-estar das populações e pela valorização e dignificação dos trabalhadores é tarefa de todos! A luta não vai parar!



# Uma poderosa jornada de luta dos trabalhadores portugueses!

Na ação convocada pela CGTP-IN para o dia 22 de Julho, milhares de trabalhadores protestaram e lutaram contra a política que nos empurra para uma pobreza acelerada, mascarada pela austeridade institucionalizada e pretensamente inevitável.

Junto à Assembleia da República, foi evidente a recusa face a esta política dos trabalhadores do setor público e privado, de norte a sul do país, conhecidas as intenções para os próximos anos dos partidos do “arco da desgovernação” em termos salariais, mas também no plano dos direitos e condições de trabalho.

Uma resposta que desconstruiu a falácia implícita ao discurso dos membros do governo de Passos & Portas! Afirmam que Portugal saiu da crise e os portugueses começam a ver a tão propalada “luz ao fim do túnel”! Mentem despudoradamente! O que se perspetiva é a naturalização da política de sacrifícios atrás de sacrifícios, agora enquadrada por um Tratado

Orçamental que reúne o consenso explícito do PSD-CDS-PS. Romper com esta política, independentemente de quem a corporiza no tempo, é um imperativo nacional que ficou bem patente nesta jornada de luta!

Contestou-se a política de direita que tem desbaratado todo o património nacional, prosseguindo o desmantelamento e encerramento de serviços públicos, e entregando empresas estratégicas do país ao grande capital, como são os casos mais recentes da TAP, da CP-Carga, da EMEF, dos Metros de Lisboa e do Porto, da Carris e da STCP e, ainda, da intenção também já expressa da concessão da Transtejo e da Soflusa. As consequências desta política têm-se traduzido em maiores debilidades estruturais do país, no aumento da exploração dos trabalhadores e do empobrecimento da generalidade dos portugueses, no crescimento das desigualdades e na degradação da coesão territorial.



A dívida pública atingiu valores insuportáveis, com os juros e encargos dela decorrente a serem superiores ao investimento feito no SNS, tornando-a impagável! É imprescindível a sua renegociação nos seus prazos, montantes, juros e condições de pagamento do que, no quadro de uma negociação, vier a ser considerada dívida legítima.

O resultado desta situação, fruto da opção por uma política que destrói o tecido produtivo nacional e persiste na degradação do emprego a todos os níveis, reflete-se nos avultados custos económicos, devido a prejuízos que decorrem da riqueza não produzida, da diminuição de receitas para a segurança social, da perda de saberes, competências e qualificações, etc. As perdas acumuladas destes prejuízos para o país, desde 2009, estimam-se em mais de 200 milhões de euros. Mas, para além dos custos económicos, são brutais os gravíssimos impactos sociais que se abatem so-

bre os trabalhadores que são excluídos do trabalho e que se estendem às respetivas famílias.

No município de Lisboa, a realidade não é diferente daquela que se vive no contexto nacional, com os trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou Empresas Municipais, sujeitos às mesmas ignomínias, isto é, auferindo salários miseráveis, perdendo direitos e vendo as suas condições de trabalho degradarem-se face à inércia e ausência de vontade política dos respetivos responsáveis e daí valorizarmos a luta que também se trava na capital no nosso país!

Os trabalhadores demonstraram que não irão baixar os braços, porque condições de vida não se negociam, defendem-se e conquistam-se! Com determinação e confiança através da luta organizada, nas ruas, nas empresas, nos locais de trabalho ou pelo uso consciente da arma que é o voto!

**Concentração**

**11 horas**

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**22 Julho**

**PRÉ-CONCENTRAÇÃO:**  
**Largo de Santos – 10.30h**

A Assembleia da República reúne pela última vez nesta legislatura no dia 22 de Julho. É a última vez que aquele órgão de soberania está dominado pela maioria que sustenta este Governo do PSD/CDS-PP. Mas ainda vai tentar aproveitar esta derradeira oportunidade para procurar agravar mais as condições de vida dos portugueses.

# Será o PS uma alternativa à política de direita?



Comecemos por simplificar. Imaginemos que perante os portugueses se colocava única e exclusivamente uma questão: prefere a austeridade  $x + y$  ou a austeridade  $x + z$ ?

Sendo que  $x$ ,  $y$  e  $z$  são pacotes de medidas de austeridade, com resultados mais ou menos semelhantes, preconizados por aquilo que por aí se apelida dos “partidos do arco da governação”, ou seja, PSD/CDS e PS, caberia aos eleitores “referenda-los”, imagine-se, numa eleições legislativas.

Não estamos a mistificar. Aquilo que tanto Passos e Portas como António Costa pretendem reduzir o próximo (e determinante para o futuro do País) acto eleitoral é a pergunta que aqui deixamos em epígrafe. A isto chamemos “alternância” (que não significa “alternativa”). Ou seja, mudamos caras e siglas para que tudo fique na mesma.

Não custa muito perceber, olhando e fazendo contas às propostas apresentadas pelo PS que a austeridade continua, e com ela a destruição do Estado social e das funções mais essenciais do Estado, nomeadamente a redução de salários, os cortes nas pensões e nas prestações sociais, menos saúde, menos educação e cultura... Enfim, mudamos o disco mas a música que toca é precisamente a mesma, mas com acordes diferentes.

Repare-se como o documentado apresentado há um par de meses por António Costa e Mário Centeno (o economista coordenador do programa dos “socialistas”) deixa bem claro que, até se pode ser em tudo diferente do PSD e do CDS, mas é impera-

tivo respeitar aquilo que o PS designa como “regras europeias”.

Poderíamos ficar por aqui no intuito de responder à pergunta que fazemos no título deste artigo. “Respeitar regras europeias” diz muito sobre todas as provações a que as troikas nacional e estrangeira fizeram passar Portugal e os portugueses ao longo desta legislatura que agora termina. Alternativa no PS à política de direita... Não!, com certeza.

Mas, olhemos para o documento que norteia o pensamento do PS. Repare-se que, mal se tornou público, um rol de analistas o considerou “uma clara rutura com a direita de Passos e Portas”. Porém, sem pejo, conseguimos ler numa coluna de opinião no Expresso, assinada por Henrique Monteiro, que o tal programa de corte com a direita era afinal “uma clara intensão de rutura com a esquerda”. Por uma vez, o jornalista do Expresso tem, de facto, razão. Nomeemos alguns exemplos:

Nas funções do Estado, o documento apresentado define a educação e a saúde como vitais, porém, de seguida, recusa liminarmente uma política de investimento público nesta e noutras matérias, argumentando que “na atual conjuntura os meios de que se pode dispor são extremamente limitados”. Passos Coelho também fala de educação e saúde enquanto os destrói e os elitiza. E usa, precisamente, o mesmo argumento para justificar porque se destrói o Serviço Nacional de Saúde e a escola pública.

O Estado regulador do emprego e elemento ativo nas políticas salariais (para os seus funcionários e do setor

privado) – o que diz o PS de Costa? O mercado é que “se ajusta”, pode ler-se. O documento diz mesmo: “ao contrário do que é frequentemente referido, o mercado de trabalho revela capacidade de ajustamento dos salários, registando-se no período mais recente reduções de remuneração nominal na ordem do 20% quer por via dos novos contratos quer dos trabalhadores que permanecem” (cit. pág. 20). Parece-nos que, numa qualquer ação de propaganda junto dos seus “jotas”, a atual ministra das Finanças não diria melhor.

Para não tornar mais fastidiosa a demonstração de que é de alternância que tratamos e não de alternativa, apresentemos um último exemplo. Quando trata da situação dos despedimentos de trabalhadores da Função Pública o documento é lacónico, mas não resiste a deixar uma breve deixa para o futuro dos trabalhadores: “racionalização de efetivos”. Estamos conversados, portanto.

Em suma, se dúvidas existissem sobre a pergunta/título deste artigo, quer-nos parecer que a resposta está dada. E, voltando ao início, o próximo ato eleitoral não pode ter como saída o mesmo resultado de sempre. Em nome de uma real alternativa à austeridade traçada nas políticas de direita.





# Acampamento pela Paz

A **Plataforma 40x25** congrega as mais variadas associações, entre as quais a Interjovem, que reconhecem a importância de assinalar as conquistas de Abril, que se prolongaram desde 1974 à assinatura da Constituição da República Portuguesa em 1976. Desde a constituição desta plataforma realizaram-se iniciativas várias um pouco por todo o país, em escolas e em associações culturais e desportivas.

À semelhança do ano passado será organizado o **Acampamento pela Paz** na cidade de Évora. Entre as diversas actividades da plataforma que marcaram 2014, o Acampamento pela Paz foi uma iniciativa que juntou mais de 200 jovens de todo o país num ambiente fraterno e de valorização da Revolução dos Cravos associado às importantes transformações que protagonizou na sociedade portuguesa, nomeadamente os valores da paz e da amizade entre os povos.

Este ano o Acampamento pela Paz realizar-se-á no fim-de-semana de **24 a 26 de Julho**, no Parque das Piscinas Municipais. É um evento em que estarão presentes cente-

nas de jovens de todo o país, juntos em defesa dos valores da Paz e da solidariedade entre os povos, do 25 de Abril, sempre com muita alegria, música, cultura e desporto à mistura. Este ano conjugar-se-ão ainda, iniciativas sobre o tema dos 70 anos da derrota do nazi-fascismo.

Num momento em que sentimos na pele as dificuldades que estas políticas nos impõem – no trabalho, na escola, na habitação, no meio Ambiente, na saúde, na cultura, entre tantos outros – o Acampamento pela Paz é também um momento de afirmação e luta pelos nossos direitos, os de quem é jovem e quer viver feliz em Portugal!

A par dos ataques aos direitos da juventude Portuguesa, sucessivos governos têm apoiado guerras, ingerências e organizações militaristas como a NATO, destruindo países e povos em desrespeito pela nossa Constituição. Por tudo isto, pela Paz, pelas nossas vidas, junta-te a nós e vem ao Acampamento pela Paz!

**Solicita-se o envio de inscrições para [interjovem@cgtp.pt](mailto:interjovem@cgtp.pt) ou para o STML através do [stml@stml.pt](mailto:stml@stml.pt)**



# Espaço dos Aposentados

## Ação Reivindicativa

Realizou-se a 25 de Junho, o 7º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa, que teve lugar no auditório do STAL, na R. D. Luís I.

O Encontro abriu com a apresentação de estudo sobre a situação social dos reformados no distrito de Lisboa, onde se quantificam as consequências gravosas para esta camada populacional, das políticas “austeritárias” dirigidas contra os que menos têm.

Foi ainda feito o balanço da atividade desenvolvida e os compromissos para o próximo triénio.

Abordou-se, de diversos ângulos, o violento assalto de que os reformados têm sido vítimas, no período de 2012 a 2015, a que corresponde o mandato cessante. Analisaram-se as formas de organização e luta que as estruturas sindicais irão adotar para prosseguir e intensificar o combate a tais políticas.

Da intervenção da nossa **Comissão de Reformados**, destacamos:

Assumir como principal missão, a promoção da manutenção do vínculo sindical dos nossos associados após a sua passagem à reforma, que encaramos como um novo ciclo da nossa existência que importa viver de forma socialmente ativa, empenhada e solidária.

Somos mulheres e homens que viveram a juventude em tempos de ditadura e opressão, que sofreram os efeitos de guerras coloniais, que sofreram privações e baixos salários; que dedicaram décadas de trabalho empenhado aos serviços públicos da sua cidade. Que pagaram sempre os impostos sobre o rendimento do seu trabalho; que descontaram sempre para o sistema de segurança social do Estado, para que a geração que nos precedeu pudesse ter garantida a sua reforma. E agora, numa fase avançada e mais frágil das nossas vidas, somos confrontados com políticas e políticos que roubam descaradamente as nossas pensões e prosseguem uma destruição sistemática das Funções Sociais do Estado, como a Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social, grandes conquistas civilizacionais que o 25 de Abril tornou possíveis.

Em suma, roubaram-nos a juventude e querem agora roubar-nos a dignidade no tempo que nos resta. Mas não o permitiremos!

A obsessiva perseguição aos trabalhadores da administração pública e, em especial aos seus aposentados, foi promovida na comunicação social, numa infame campanha contra a nossa imagem, procurando virar a população contra nós, atijando novos contra velhos, reformados contra aposentados, trabalhadores do privado contra trabalhadores do sector público.

Temos de lutar para romper com estas políticas, antes que destruam a Esperança e as Conquistas da Revolução de Abril que a nossa geração tornou possível. Por todas as formas ao nosso alcance, temos de lutar.

Em breve surgirá uma excelente oportunidade de, através das urnas, romper com este jogo viciado da alternância sem alternativa, a que querem reduzir o exercício da democracia. E, finalmente eleger quem demonstrar vontade de abrir outros caminhos para o futuro do nosso país, colocando de novo as pessoas, e não os “mercados”, no centro de todas as políticas.

Depois de eleita a nova Direção para o triénio de 2015 a 2018, que integra três elementos do STML, o Encontro foi encerrado seguindo-se um momento de convívio entre os participantes.

## Ação Sociocultural

### Visita de Junho à exposição “Genesis”

Os 16 reformados que se deslocaram à Cordoaria Nacional, seguiram com grande interesse as explicações dadas por Flávia, a guia que orientou esta visita. Começou por falar sobre as opções de vida de Sebastião Salgado e do seu percurso como fotógrafo e, chamou a atenção para os aspetos mais importantes em cada um dos 5 núcleos - regiões do planeta quase intactas - em que se divide a exposição.

Por fim, ao gosto e ritmo de cada um, foi possível admirar em pormenor cada uma das 245 obras expostas.



# E depois das privatizações. O que resta do País?

O desastre económico português, outorgado pelos sucessivos governos PSD, PS e CDS desde há quase quarenta anos, encontra nas privatizações uma das suas mais evidentes causas. Em suma, desde os anos 80, quando paulatinamente se começou a dismantlar o Estado e o seu setor empresarial (erigido durante os processos de nacionalização decorrentes da Revolução de Abril), o resultado desta estratégia da direita para enfraquecer o setor público tem como resultado graves prejuízos para o interesse nacional, em benefício exclusivo do grande capital nacional e internacional.

O mais recente capítulo da fúria privatizadora da direita encontra na TAP e nos processos de conceção do Metro e da Carris as suas novas vítimas. O Governo e os defensores das privatizações colocam a tônica na difícil situação financeira das empresas e na poupança que o Estado terá com a sua alienação para desencadear mais esta ofensiva contra o país, o povo e os trabalhadores.

Os grupos privados, ávidos para explorar atividades garantidas pelo Estado ou em monopólio, esfregam as mãos de contentamento. Parte das privatizações são asseguradas por uma renda fixa e garantida, sem qualquer risco. É o caso do transporte urbano, que é subsidiado, e onde o governo PSD/CDS opta por fazer a chamada subconcessão da parte ope-

racional. Na STCP (Porto), na Carris, no Metropolitano de Lisboa, na Soflusa e na Transtejo, o ministro Pires de Lima e o inenarrável secretário de Estado Sérgio Monteiro decidiram replicar o modelo da Metro do Porto, empresa pública que, a mando do governo, fez todo o investimento e entregou a exploração a um privado, que só opera com o material circulante. A Metro do Porto é, precisamente um caso paradigmático das ruinosas concessões de setores públicos: a parte pública fica com a responsabilidade de vender os serviços e de pagar ao privado uma verba que é superior àquilo que recebe, o que vai obrigá-la a endividar-se ainda mais.

Nas empresas que potencialmente são lucrativas, casos da TAP, dos CTT ou da CP Carga, a opção do governo de direita foi vender a qualquer custo, pouco importando o valor que o Estado pudesse receber. Por exemplo, a TAP, empresa de bandeira, a proposta aceite permitiu alienar um ativo estratégico por uns “módicos” 10 milhões de euros. Se isto não é um crime, o que será afinal?

Aquilo que para a direita é um sintoma de modernização da economia portuguesa vai em contraciclo com as estratégias dos países europeus. As privatizações são, de facto, um problema para a soberania de Portugal, que vê sectores vitais para a sua própria independência, como a distribuição de energia, transportes

e comunicações, saírem da esfera pública. Um esvaziamento inaceitável do Estado, precisamente ao contrário do que acontece na esmagadora maioria dos países europeus do norte da Europa que os governos de direita tanto aplaudem.

Alegando que as empresas públicas são pior geridas, que a privatização vai gerar competitividade e diminuir preços e que as privatizações vão melhorar as contas do Estado, a direita vai dismantlando Portugal, tornando-o cada vez mais vulnerável aos interesses inescrupulosos do grande capital. A mistificação em torno dessas mesmas privatizações é facilmente desmontável. Basta pensar em quanto paga a mais na eletricidade e nos combustíveis, quanto custa hoje usar um dos aeroportos internacionais portugueses ou, se quisermos ir mais longe, pensar nos custos para o erário público de termos visto o Estado alienar a Fidelidade (seguradora da CGD) ou a REN.

Privatizar setores estratégicos é roubar o País. Por isso, é necessário lutar e travar as concessões que se avizinham do Metro e da Carris que vão ter como resultado custos inportáveis para os utentes da cidade de Lisboa. Reverter o processo de privatização da TAP é outro imperativo nacional. A esta fúria privatizadora de um governo de finados só podemos dizer BASTA!



## Portugal a retalho...

## O governo grego claudicou apesar do seu povo ter proferido, por duas vezes, um rotundo NÃO à austeridade!



Nos últimos meses temos assistido ao que muitos descrevem levianamente como a ‘novela grega’, ignorando deliberadamente, ou não, que o que está em causa é a vida e o futuro de milhões de seres humanos, não só em território helénico, como em todo o espaço europeu. O que o referendo grego do dia 5 de Julho demonstrou inequivocamente, foi a vontade de um povo que não aceita continuar de joelhos por mais tempo perante um poder arbitrário que atua no interesse exclusivo dos grandes grupos económico-financeiros, nacionais e internacionais.

Nesta dicotomia, fomos percebendo as pressões sistémicas da troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), aos quais se aliaram despididamente os líderes das grandes potências europeias (com destaque para a Alemanha e França). Nada de estranho portanto se tivermos a noção que os interesses que defendem, no essencial, são os mesmos. A Europa dos valores democráticos, humanos e progressistas, que muitos propagandeiam para justificar o atual projeto e rumo europeu, não se coaduna na prática com a vontade dos povos e com as suas reivindicações inteiramente legítimas por uma vida digna.

Somaram-se as chantagens, intimidações e provocações, que ainda hoje se repetem, num braço-de-ferro que a todo o custo quer impor o caminho que lança na miséria todo um povo, favorecendo paralelamente a vontade dos “mercados”. Independentemente de ulteriores análises e desenvolvimentos, as decisões conhecidas são profundamente contrárias às aspirações e interesses dos trabalhadores e do povo grego e à vontade de mudança de política expressa nas eleições de 25 de Janeiro e no referendo de 5 de Julho, representando a continuação e aprofundamento do caminho que levou a Grécia à actual situação de catástrofe social e económica e de delapidação dos seus recursos, património e riquezas, e que a mantém amarrada aos constrangimentos e condicionamentos do “Mecanismo de Estabilização Europeia”, do Euro, do Tratado Orçamental, da Governação Económica e do FMI

Não podemos contudo desvalorizar o profundo significado da luta do povo grego, que irá continuar inevita-

velmente, perante as Instituições Europeias e o FMI. É possível de facto, desde que seja com um governo determinado em respeitar a vontade de quem o legitima, dizer NÃO! a uma política neoliberal, federalista e militarista, onde os interesses especulativos do capital se sobrepõem aos direitos sociais e laborais, às liberdades fundamentais e à solidariedade entre os povos, em violação (ironicamente) dos Tratados fundadores da própria União Europeia.

Não esqueçamos também, a cumplicidade ativa do Governo PSD/CDS-PP e do Presidente da República porque se associaram, intervindo de forma ativa, à monstruosa campanha de mentiras e de provocações ao povo grego. Um Presidente da República e um Governo também submetidos às condições impostas pelo diretório das grandes potências da União Europeia, submetendo a nossa economia e o povo português aos interesses dos grupos económicos e financeiros, das quais são evidentes as brutais consequências no plano económico e social.

A pretexto das dificuldades económicas e financeiras, as Instituições Europeias impõe uma política que tem como finalidade dar sequência, na Grécia, como em Portugal, à transferência do rendimento do trabalho para o capital, acentuando o processo de extorsão da riqueza e dos recursos dos países. Por outro lado, usa o Euro como instrumento para aumentar as assimetrias económicas e sociais entre países e, dentro destes, entre os trabalhadores e a generalidade da população e os detentores dos grandes grupos económicos e financeiros.

O observado em território grego, apesar das contradições, ambiguidades e cedências do seu governo, demonstra que é possível esclarecer, mobilizar e lutar por outro rumo para a UE, opondo um projeto baseado numa Europa de Estados livres, soberanos e iguais em direitos, de cooperação e paz, com políticas que tenham em conta os diferentes níveis de desenvolvimento dos diversos países e o objetivo da convergência real, no quadro do progresso social e do respeito pela vontade dos povos. Existem de facto alternativas. Lutemos por elas!

### PROTOSCOLOS STML

#### Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

#### Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

#### Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

#### Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

#### Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia